



## **AS CONTRIBUIÇÕES DO PIBID NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

Universidade Estadual de Londrina

Jessica Bianca dos Santos

Haroldo J. da S. Junior

Este ensaio é proveniente da Especialização em Ensino de Geografia da Universidade Estadual de Londrina que tem como objetivo analisar as contribuições do Projeto PIBID na formação de professores de Geografia. É importante destacar que ainda hoje sofremos as consequências de uma má formação de professores que se deu ao longo do processo histórico brasileiro. Para o enfrentamento desse problema o Governo Federal vem investindo na formação dos professores, desta forma surgem vários projetos com parceria com as universidades que visa melhorar a formação docente. Analisando o edital do projeto de 2012 certificamos que foram concedidas 49.321 bolsas, sendo 40.092 bolsistas de iniciação científica, estes números demonstram um volumoso investimento. Desta forma é preciso investigar se realmente este projeto esta possibilitando uma melhor capacitação e se os altos investimentos realizados pelo governo federal, esta qualificando os futuros professores. Assim, tentaremos responder a seguinte questão ao final do trabalho: Os subprojetos PIBID de Geografia da Universidade Estadual de Londrina amplia as possibilidades de qualidade na formação dos professores?

Palavras chaves: **Formação de professores, Projeto PIBID, Ensino de Geografia**

### **1- A formação dos professores de Geografia**

A formação do professor de Geografia entre outros cursos vem sendo muito discutido e recebendo grande investimento por parte do Governo Federal. Para compreender como a formação do professor ganhou importância com o passar do tempo é preciso fazer um resgate histórico.

Anteriormente ao século XIX, à função do ensino era pelos jesuítas, não havia disciplinas específicas e o ensino era voltado principalmente ao latim e o grego, as outras disciplinas era voltada a leitura de clássicos. Os jesuítas tinham sua formação voltada ao curso de Filosofia onde continham em seu currículo as seguintes

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



disciplinas: 1º ano: Lógica e introdução às ciências; 2º ano: Cosmologia, psicologia, física e matemática; 3º ano: Psicologia, metafísica e filosofia moral. A Geografia era uma disciplina secundária, era utilizada em maior parte em trechos de livros, em que descrevia os lugares, dando ênfase a Geografia Clássica, mas também tendo grande influência da Matemática sobre a Geografia. (ROCHA, 2000)

Neste período também é válido lembrar que eram os jesuítas responsáveis por separar a “geografia dos professores” e a “ geografia dos Estados maiores”. Segundo Rocha, 2000:

“Souberam eles, melhor do que ninguém, diferenciar o que deveria ser destinado apenas aos detentores do poder de Estado e o que poderia ser socializado enquanto saber escolar. Iniciava-se, naquele momento, no Brasil, sem dúvida alguma, a produção da nossa geografia dos professores”.(p. 130)

Neste momento, nenhum passo foi dado a formação dos professores, não havia cursos para o ensinamento destes saberes, pois o saber geográfico era de grande interesse do Estado.

A partir do século XIX com a criação do Imperial Colégio Pedro II a Geografia adquire importância no currículo, porém ainda o ensino era o mesmo, a disciplina não visava à realidade do aluno, pois os docentes eram oriundos de outros cursos, eram advogados, médicos entre outros que não se deram bem na profissão e estavam ali até ter sua ascensão social.

A situação começa a ser mudada a partir do decreto nº19.851, de 11 de abril de 1931, que o ministro Francisco Campos renovou o ensino superior brasileiro com a introdução do sistema universitário, criando várias universidades, como a Universidade de São Paulo e do Distrito Federal. Neste momento surgem os primeiros cursos de História e Geografia, formando a primeira leva de professores que recebem o estudo geográfico. (Rocha, 2000)

Na década de 50 com a entrada em vigor da Lei nº4024/61, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os cursos de formação de professores de Geografia passaram a ter uma nova regulamentação. Esta nova legislação passou a exigir um currículo mínimo de caráter nacional para todos os cursos de graduação, apresentando o Parecer 412/62, aprovado em 19 de dezembro de 1962, no qual estava prescrito o primeiro currículo mínimo para o curso de licenciatura em Geografia, onde não adquiria a formação do bacharel em Geografia, mas apenas o exercício de licenciatura, mesmo com o período militar onde havia ocorrido a Reforma Universitária, a lei entrou em vigor. (ROCHA, 2000)

# Seminário Internacional de Educação Superior 2014

## Formação e Conhecimento

### Anais Eletrônicos



Vários outros decretos surgiram a fim de trazer uma rápida formação de professores, porém surge a Lei nº5692/71 e o Parecer nº853/71, que retira as disciplinas de História e Geografia na grade curricular para a implantação dos Estudos Sociais, fazendo com que a formação do professor se torne mais precária. Isto ocasionou a fechada do curso de Geografia plena e a entrada do curso de Estudos Sociais.

“uma área de estudos que tem por objetivo a integração espaço-temporal do educando, servindo-se para tanto dos conhecimentos e conceitos da História e Geografia como base e das outras ciências humanas – Antropologia, Sociologia, Política, Economia – como instrumentos necessários para a compreensão da História e para o ajustamento ao meio social a que pertence o educando” (Penteado, apud Rocha, 1991, p.20).

O ensino de Estudos Sociais deveria conter no currículo, Geografia, História, Organização social e Política no Brasil. Segundo CONTI, 1976:

A eliminação da Geografia e da História do currículo concorreria para empobrecer a formação humanística da juventude, comprometendo de forma grave seu preparo integral e equivaleria ao fracasso do ensino em si mesmo, o qual visa preparar futuros cidadãos munidos de um rico pano de fundo de cultura, do qual nem a Geografia, nem a História podem estar ausentes.(1976, p.61).

Numa nítida política de tornar mais precária ainda a formação dos(as) professores brasileiros, em 17 de janeiro de 1972 o Conselho Federal de Educação reduziu, por força da Resolução nº1, a duração das licenciaturas curtas para 1200 horas, sem alterar, entretanto, o currículo anterior. Os professores obtinham sua “qualificação para o exercício da docência” no tempo recorde de três meses. Se, de um lado, legiões de futuros “professores e principalmente “empresários da educação” aprovaram o aligeiramento da formação, muitos outros atores/atrizes sociais levantaram suas vozes contra mais este golpe contra a educação brasileira. Alunos, professores, entidades de classe etc., se manifestaram contrários ao processo e iniciaram forte movimento de resistência.(ROCHA, 2000)

Em caráter econômico, muitas instituições em especiais as particulares fecharam os cursos de licenciatura plena e aderiram os Estudos Sociais. Com a grande pressão dos professores e da AGB, o curso foi aos poucos sendo eliminado, porem suas consequências ficaram na formação do professor e nos alunos que estão recebendo este conhecimento.

Atualmente as decisões tomadas em frente à educação são feitas pelo MEC que é o reformulador de propostas pedagógicas onde se cria a atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional) que foram obrigados a rever o currículo e os



projetos pedagógicos. Os cursos estão se adequando a perversa lógica do mercado, deixando de priorizar a sólida formação teórica para dar ênfase às habilidades e competências.

Muitos decretos surgiram para facilitar a formação dos professores, para normatizar a formação do profissional de educação foi criado o decreto de 26 de julho de 1997, onde o Conselho Nacional de Educação estabeleceu “programas especiais” de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio; sendo estes que deveriam vir para suprir a necessidade de professores habilitados em determinadas disciplinas e localidades. (Rocha, 2000)

Na atual resolução CP nº1 de 30 de setembro de 1999, visam propiciar a formação continuada e complementar para o magistério da educação básica. Nela se vê a preocupação de fazer nas Instituições de ensino a não- pesquisa, validando que em um país pobre como o Brasil é desinteressante gastar dinheiro com pesquisas, sendo inútil teorizar sobre a educação. As leis regidas são:

- curso normal superior, para licenciatura de profissionais em educação infantil e de professores para os anos iniciais do ensino fundamental;
- cursos de licenciatura destinados à formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio;
- programas de formação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis;
- programas especiais de formação pedagógica, destinados a portadores de diploma de nível superior que desejem ensinar nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio, em áreas de conhecimentos ou disciplinas de sua especialidade, nos termos da Resolução CNE no2/97;
- formação pós-graduada, de caráter profissional, voltada para a atuação na educação básica.

A Resolução nº1 do artigo 7, visa o próprio instituto organizar o curso de licenciatura voltado a formação de professores que atuarão no final do ensino fundamental e o ensino médio. Mas uma vez busca tornar essas instituições fábricas de diplomas, são mercadorias atraídas a lógica do mercado capitalista, estes puderam com uma única licenciatura atuar em várias disciplinas. (ROCHA, 2000)

Para Mello (1999) (apud Rocha), essa formação polivalente passa a ser fundamentais no sentido de possibilitar a formação de novos profissionais que o mercado está a exigir, um profissional interdisciplinar. Neste sentido, a autora



argumenta que a nova LDB flexibilizou o ordenamento e a sequenciação temporal da educação básica em termos nunca antes conhecidos entre nós e ainda pouco explorados por gestores pedagógicos. Mas no futuro é preciso que as iniciativas inovadoras dos sistemas e escolas não se limitem pela falta de quadros docentes abertos e flexíveis para trabalhar em formas de organização inusitadas.

Outra novidade da Resolução, ela trás curso especializado por áreas, divide por vez a licenciatura e o bacharelado, colocando que os institutos devam ter seu próprio projeto institucional de formação, que dará a base para os projetos pedagógicos específicos dos cursos, isto significa a perda de gerenciamento dos departamentos específicos sobre as licenciaturas. ( ROCHA, 2000)

As mudanças na formação de professores, ainda ocorrem, este processo muda gradativamente, hoje as Diretrizes Curriculares para o curso de Licenciatura, consolida a separação da licenciatura e o bacharelado, e traça caminho que o professor deve seguir, porém é função do professor sempre buscar um melhor aperfeiçoamento na sua formação, não esquecendo de toda luta que ocorreu para que atualmente a formação tivesse tanta importância e investimento como tem hoje, onde o Governo Federal investe milhões para que a formação do professor seja de qualidade e que possa traspor isso na educação básica.

## **2- O PROJETO PIBID**

Atualmente vivemos em tempo de melhorar a qualidade do ensino brasileiro e para isso qualificar os futuros professores. Dar a eles a oportunidade de vivenciar o dia-a-dia das salas de aulas, com isso poder trazer experiências que contribuem para o aperfeiçoamento de sua formação.

Neste sentido, muitos investimentos por parte do Governo Federal vêm sendo implantado em formas de projetos que dão uma melhor formação aos professores, nele surge o projeto PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) . Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

Este projeto é uma iniciativa ao aperfeiçoamento e a valorização do professor em conjunto a universidade e a educação básica de ensino. Segundo a CAPES (2013), o projeto tem como objetivo:



- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
  - Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
    - Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
    - Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Esses projetos buscam a formação dos professores que foram vítimas de uma má formação trazendo metodologias e práticas novas de aprendizagem, já que a formação polivalente não priorizada uma formação sólida de conteúdo, mas o básico de uma aprendizagem polivalente, além disso, abre o contato com discente na vida escolar podendo identificar estes problemas e buscar metodologias e conteúdos que resultam em uma formação sólida, levando os alunos a compreender o espaço geográfico em que vive.

O investimento ao projeto vem crescendo a cada ano, o que percebemos que o Governo quer expandir o projeto e não reduzir. Comparando o edital de 2011 e 2012, percebe-se que ocorreu uma expansão de 80%, foram concedidas 49.321 bolsas; dentre elas: 40.092 de Iniciação a docência, 6177 de Supervisão, 2.498 de Coordenação de área, 288 de Coordenação Institucional e 266 de Coordenação de Área de Gestão.

Assim percebemos, o quanto de investimento é feito, quando pensamos na remuneração em que cada um deste 49.321 recebem (Capes, 2013):

1. **Iniciação à docência** – para estudantes de licenciatura das áreas abrangidas pelo subprojeto. Valor: R\$400,00 (quatrocentos reais).



2. **Supervisão** – para professores de escolas públicas de educação básica que supervisionam, no mínimo, cinco e, no máximo, dez bolsistas da licenciatura. Valor: R\$765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais).

3. **Coordenação de área** – para professores da licenciatura que coordenam subprojetos. Valor: R\$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).

4. **Coordenação de área de gestão de processos educacionais** – para o professor da licenciatura que auxilia na gestão do projeto na IES. Valor: R\$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).

5. **Coordenação institucional** – para o professor da licenciatura que coordena o projeto Pibid na IES. Permitida a concessão de uma bolsa por projeto institucional. Valor: R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

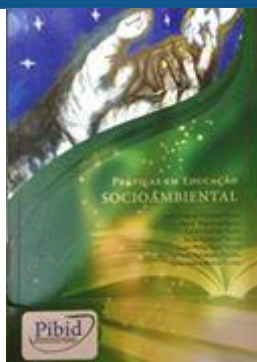
Neste sentido, percebemos que há um grande valor de investimento, e uma preocupação do Governo em melhorar a qualidade da formação. O contato com a sala de aula é de extrema necessidade, já que só as horas de Estágio de observação e regência não insere o discente a realidade escolar. Porém há uma dúvida, será que este projeto está sendo eficaz na aprendizagem dos universitário ou não está trazendo nada de novo para sua formação? Neste sentido este pré- projeto surge para verificar se o projeto PIBID-Geografia está sendo eficaz e contribuindo para a melhoria da formação dos futuros professores.

### 3- Produtos gerados pelo PIBID

Instituições públicas e privadas sem fins lucrativos participantes do PIBID podem receber recursos financeiros para custear despesas essenciais à execução dos projetos, por exemplo, a aquisição de material de consumo para as atividades desenvolvidas nas escolas. A Capes pode conceder tanto recursos de custeio como de capital, conforme definido nos editais de seleção.

O projeto trás a oportunidade de levar aos eventos de Geografia o trabalho exercido pelos discentes em sala de aula. A escrita de artigos são privilegiadas dentro da Universidade Estadual de Londrina, escrever o que foi feito em sala e trocar experiências vividas em eventos são muito importantes. Além disso, foi gerado o livro do PIBID que trazem oficinas feitas pelos discentes. Muitos mais ainda vão ser gerados, já que este ano aumentaram o número de PIBID de Geografia na Universidade Estadual de Londrina.

Foto1: Livro gerado pelo Projeto PIBID



Fonte: Jessica Bianca dos Santos

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

CAPES, 2013. **Projeto PIBID.** Disponível em <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>). Acesso em: 07/12/13

MELLO, G.N. **Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical – documento principal.** São Paulo, out/nov, 1999.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil.** Terra Livre, São Paulo, n.15, p.129-144, 2000.